

PORTARIA Nº 438 DE 12 DE MAIO DE 1989

(Publicada no Diário Oficial de 13 e 14/05/1989)

Ver Portaria nº 961/89, que disciplina a incidência do ICMS sobre as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.

Ver Portaria nº 1.076/89, que determina o recolhimento da diferença de alíquota na aquisição de “brindes”, em outros Estados ou Distrito Federal, por contribuintes, do ICMS.

Estabelece o prazo de recolhimento do ICMS, no caso indicado.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º O ICMS devido em virtude da entrada, no estabelecimento do contribuinte de mercadoria ou serviço, oriundo de outra unidade da Federação (art. 2º, II e III da Lei nº 4.825/89) será pago no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, observando-se o seguinte:

I - O recolhimento far-se-á em DAE modelo 2, emitido exclusivamente para esse fim (Código de Receita 0791):

II - O valor do imposto a recolher será obtido mediante a aplicação do percentual resultante da diferença entre a alíquota interestadual do Estado remetente das mercadorias ou serviços, e a alíquota interna aplicável ao caso (art. 20 a 22 da Lei nº 4.825/89), sobre o valor da operação ou prestação (art. 24, “caput”, da Lei 4.825/89).

Parágrafo único. Ainda que a Nota Fiscal de aquisição das mercadorias ou prestação de serviços de que cuida esta Portaria contenha alíquota superior à legalmente prevista no Estado remetente (17%, ao invés de 12% ou 9%, conforme a Região), para as operações interestaduais, o contribuinte deverá efetuar o recolhimento do imposto devido, tomando por base a alíquota vigente na Unidade da Federação de origem das mercadorias.

Art. 2º Aos contribuintes que não efetuaram o pagamento, do imposto, relativamente aos fatos geradores ocorridos em março de 1989, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da vigência deste ato, para pagamento do tributo sem as penalidades e atualização monetária.

Art. 3º O disposto no artigo anterior não autoriza a restituição de importâncias já recolhidas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 12 de maio de 1989.

SÉRGIO GAUDENZI
Secretário